
BREJON, Moysés. Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento (uma perspectiva brasileira) São Paulo, Pioneira, 1968. 202 p. Resenha. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 7 (1): 50-53, jun. 1981.

BREJON, Moysés. *Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento* (uma perspectiva brasileira). São Paulo, Pioneira, 1968. 202 p. *

Divide-se a obra em duas partes, tratando a primeira dos problemas essenciais relativos à questão dos recursos humanos e de seus vínculos com a educação, e a segunda dos assuntos básicos concernentes ao ensino técnico. Assim sendo, procurou o autor, inicialmente, analisar de forma sistemática, seja à luz das modernas teorias sustentadas por especialistas estrangeiros, seja em função da teoria e da experiência brasileira e de seu próprio conhecimento da matéria, os temas fundamentais relativos à avaliação das necessidades de recursos humanos, às ligações existentes entre a educação e o desenvolvimento, ao importantíssimo problema das prioridades educacionais e o papel dos recursos humanos para a solução das dificuldades mais graves suscitadas por essas questões, tanto no plano mundial como no nacional. Quanto ao ensino técnico, e sempre fiel à perspectiva brasileira, cuidou o autor, em sete capítulos, de fornecer alguns subsídios para o planejamento desse ramo do ensino médio, estudando os principais problemas, teóricos e práticos, que dizem respeito às categorias ocupacionais, às modalidades de cursos técnicos, às relações entre o ensino técnico e a formação geral, ao treinamento industrial e à desejada integração, de que tanto se fala, entre a escola e a empresa, terminando com uma análise qualitativa e quantitativa do ensino industrial no País. Por último, apresenta o autor um sumário de seu livro, seguido das principais conclusões a que suas pesquisas o conduziram.

Nesta recente publicação da Pioneira, certos resultados oferecidos pelo autor, bem como algumas considerações por ele feitas a partir desses resultados, merecem especial atenção. Destaque-se, primeiramente, a grave denúncia, explícita ou implícita em vários trechos do livro, a respeito da inexistência de condições favoráveis no Brasil, para o necessário planejamento racional do ensino técnico, e a respeito, também, do atraso em que nos encontramos em tudo o que concerne a este ramo do ensino. Em outros termos, e a despeito do que muitos leigos acreditam e do que muitos políticos e administradores querem fazer acreditar, estamos lamentavelmente atrasados em matéria de planejamento no setor do ensino técnico-profissional, faltando-nos, sobretudo, os dados estatísticos

* Resenha bibliográfica publicada no Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo", de 22/3/69, p. 2.

essenciais e idôneos para qualquer planejamento que se pretenda fazer, seja visando às nossas necessidades mais imediatas no setor de mão-de-obra especializada para a indústria, seja visando às necessidades futuras que se poderiam vislumbrar a partir de análises das principais linhas do desenvolvimento nacional.

Matéria de suma importância, neste trabalho, diz respeito à velha questão — tão velha quanto a própria pedagogia dos tempos sofistas e de Platão — da aparente impossibilidade de se conciliarem a cultura geral e a formação especializada. Diante disso, e sem nunca aceitar a existência de barreiras intransponíveis entre a educação voltada para o homem considerado em todas as suas potencialidades e a simples instrução que visa apenas ao futuro trabalhador especializado, o autor se coloca decididamente ao lado dos que jamais puderam entender o ensino técnico como um mero exercício manual, “visando unicamente à rapidez e a precisão de trabalhadores adestrados em tarefas muito especializadas, espécies de autômatos ou robôs superiores”. Ao contrário, e mesmo quando somos obrigados a considerar os efeitos na educação sob o prisma das necessidades do desenvolvimento econômico, isto não significa, insiste o autor que devemos “apenas proporcionar a competência técnica necessária para o desempenho de novas ocupações, senão também alentar novas formas de competência social e política, novos tipos de obrigações e compromissos, assim como novas motivações para o trabalho produtivo e autodisciplinado e para o exercício responsável da cidadania”. Por estes motivos, sublinha o autor a feliz sentença de Theodore Schultz: “a liberdade do homem é a primeira finalidade da economia e o homem não é nem uma mercadoria nem um valor que se negocie no mercado”.

Outro assunto que merece atenção especial na obra em exame está contido nos dados fornecidos pelo autor a propósito da nova situação que surgiu para o ensino técnico a partir da vigência da lei de diretrizes e bases da educação. Com a criação dos ginásios industriais, se é verdade que o número de alunos deste novo tipo de escola cresceu consideravelmente, isto se fez, entretanto, com o prejuízo da própria aprendizagem industrial que visa à formação do operário qualificado. Assim sendo, podemos estar muito iludidos quando nos louvamos nas estatísticas referentes ao primeiro ciclo (ginásio) do ensino industrial, principalmente se ignorarmos que a maioria dos pais, ao colocar seus filhos neste tipo de ginásio, não tem a intenção de que eles se tomem, efetivamente, operários qualificados, pois consideram o primeiro ciclo deste ramo do ensino médio mais como uma preparação para estudos futuros de natureza mais acadêmica. E, muitas vezes, a escolha do ginásio industrial se faz unicamente em razão de facilidades

de transporte ou da existência de vagas. Reconhecendo este problema, não nega o autor a ênfase que deve ser dada às disciplinas de formação geral no ensino industrial de primeiro ciclo (coerente com as próprias posições assumidas), mas não deixa de assinalar a necessidade, sobretudo em nível de segundo ciclo, da formação de técnicos que desempenhem a indispensável função de intermediários entre o operário qualificado e o engenheiro. Sugere, então, que se venha a dar preferência a um sistema que logre realmente a almejada integração entre a escola e a empresa, cada qual realizando sua missão específica numa coordenação harmoniosa. Com isto, à escola caberia dar destaque aos elementos indispensáveis a uma cultura mais geral, em nome de um moderno humanismo, e à empresa incumbiria a função do treinamento específico, posto o educando diante dos problemas concretos próprios à atividade industrial. Nestas condições, conclui o autor, evitar-se-iam certos efeitos negativos já observados aqui e em outros países, pois a separação entre a escola e a atividade industrial concreta tanto pode fazer com que aquela se atrase muito em relação aos progressos cada vez mais acelerados obtidos no interior da própria empresa, como pode prejudicar o desenvolvimento das indústrias, quando estas se vêm carentes de técnicos capazes de trabalho construtivo e inovador pela ausência de uma cultura geral mais aprimorada.

Finalmente, sumamente instrutivos e decepcionantes são os números fornecidos pelo autor, na parte final de seu livro. Apesar de tudo o que se vem proclamando nos últimos anos a respeito do incremento do ensino industrial e da atenção que esse ramo vem merecendo dos administradores, a verdade é que esses números, criteriosamente apresentados, levam o leitor a tristes conclusões, pois indicam, entre outras coisas; que a produtividade dos cursos técnicos é baixíssima; que o número de técnicos formados, quando muito, corresponde apenas a 1/5 de nossas necessidades; que o custo do aluno é elevadíssimo; que a evasão é muito grande; que os cursos, geralmente, são distribuídos de forma inadequada pelas diversas regiões do Estado e do País, não atendendo, desta forma, às necessidades concretas das zonas a que pretendem servir; que há excesso de determinados cursos em detrimento de outros mais necessários (é o caso, por exemplo, dos cursos técnicos de química, que proliferam por toda parte, quando o mercado de trabalho de há muito já está saturado. Cite-se um exemplo, apenas, que ilustra significativamente a irrisória produtividade do ensino industrial, com base em números que referem ao Estado de S. Paulo: 12 ginásios industriais deste Estado, em 1964, diplomaram conjuntamente 65 alunos, ao passo que o corpo docente desses estabelecimentos elevava-se a 174 professores. Assim, a média de alunos diplomados, com relação ao número

BREJON, Moysés. Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento (uma perspectiva brasileira) São Paulo, Pioneira, 1968, 202 p. Resenha. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 7 (1): 50-53, jun. 1981.

de professores, foi igual a 0,36, "fato que comprova o baixíssimo nível de rendimento de tais escolas".

APRECIACÃO – Obra de grande interesse para todos os que se preocupam com os assuntos referentes à educação e suas relações com o desenvolvimento econômico-social do País. Fundamentada no que há de mais recente no setor das investigações teóricas, o trabalho do prof. Brejon nunca abandona o plano da realidade concreta nacional, e ao mostrar nossas principais deficiências no tocante ao problema dos recursos humanos e de sua utilização na luta contra o subdesenvolvimento, toma-se uma leitura sumamente instrutiva para os que, de uma forma ou de outra, devem responder por sua participação nessa luta.

João Eduardo Villalobos